

ACTA N.º 3/2009

Aos vinte e quatro dias do mês de Junho de dois mil e nove, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório Municipal, pelas 14,30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;**
- 2. ADESÃO À ASSOCIAÇÃO “AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO BARROSO E ALTO TÂMEGA – ARENABAT”, PROPOSTA 50/GAPV/09;**
- 3. PRIMEIRA REVISÃO AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO FINANCEIRA EM VIGOR PARA O ANO ECONÓMICO DE 2009 PROPOSTA Nº 24/DGFEP/09.**
- 4. PROPOSTA PARA GEMINAÇÃO ENTRE AS CIDADES DE CHAVES E COIMBRA INFORMAÇÃO N.º 218 / DC/ 09.06.08 - AO ABRIGO DO ART. 83º.**
- 5. ALIENAÇÃO DE PRÉDIOS RÚSTICOS/AJUSTE DIRECTO. PROPOSTA Nº.24/DGFEP/09 - AO ABRIGO DO ART. 83º.**
- 6. INDICAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE CHAVES NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DO ALTO TÂMEGA E BARROSO.**

A reunião teve início com a saudação do 1º. Secretário da Mesa, Senhor Francisco António Almeida Viegas, que presidiu a esta sessão, na ausência do Senhor Presidente.

Em seguida procedeu-se à chamada dos deputados municipais tendo-se verificado as seguintes faltas:

Francisco António Pinto de Barros

António Barreira Batista

Domingos de Moura Alves

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

António Vicente Almeida e Silva

Francisco António Taveira

Luís Geraldês Teixeira Araújo

João Maria da Silva Pereira

Maria da Graça Rodrigues Silva

Cláudia Isabel da Silva Magalhães

Júlio Augusto Morais de Montalvão Machado

Paula Cristina Barros Teixeira Santos

António Manuel Pires Almeida

Luís Mário Alves Carneiro

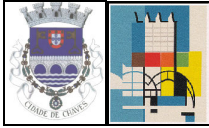
Helder Jorge Rodrigues Batista

Ana Paula Fernandes Jesus Moura

Nuno André Coelho Chaves

Lídia Maria Machado dos Santos

A acta número um, referente à sessão anterior, foi aprovada com cinco abstenções por ausência na reunião anterior.



O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente de um ofício enviado pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, informando sobre o quadro legal de transferência de competências, no âmbito dos Gabinetes Técnicos Florestais. É um documento extenso que pode ser consultado por quem o desejar. Um outro ofício emanado do Gabinete de Apoio aos deputados do PCP ao Parlamento Europeu, que menciona a pergunta escrita feita pela Senhora deputada do PCP Dra. Ilda Figueiredo, à Comissão das Comunidades Europeias sobre “Apoio à construção de equipamentos do Pólo universitário de Chaves da UTAD”. A restante correspondência que entrou no Gabinete de apoio foi remetido, em devido tempo, aos Grupos Municipais.

Entrou-se no “**Período Antes da Ordem do Dia**”, tendo usado da palavra os seguintes deputados:

RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA da CDU – referiu-se às eleições para o Parlamento Europeu, realizadas no passado dia 7 de Julho de 2009, dizendo:

“Valeu a pena. Vale sempre a pena lutar e continuar a lutar: pelas nossas convicções, pelas políticas que achamos mais justas para os Portugueses. Vale a pena contestar e protestar perante as erradas políticas do Governo PS/Sócrates.

A CDU orgulha-se do seu contributo decisivo para que nestas eleições de 7 de Junho de 2009, ficasse nítida uma ampla contestação nacional ao rumo das políticas de direita no nosso País. Desta política de direita deste governo PS/Sócrates.

Nestas eleições a CDU subiu no nosso concelho 307 votos que correspondeu a um reforço de 80% em relação às eleições Europeias de 2004. A Nível Nacional a CDU subiu mais 70 mil votos, o que corresponde a um reforço de 1,6%, em relação a 2004.

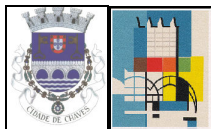
A CDU está confiante em que o seu trabalho nesta Assembleia Municipal e restantes órgãos autárquicos do concelho, vai permitir mudanças significativas num futuro próximo. Saberemos aproveitar todo o potencial de crescimento eleitoral que existe, sempre na defesa dos interesses dos Flavienses”.

FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO do PS – saudou o Senhor Presidente da Mesa por ser a sua primeira vez, neste mandato, a presidir a uma sessão da Assembleia Municipal e cumprimentou os demais presentes na sala.

Em seguida referiu-se às Festas da cidade, nomeadamente ao dia 8 de Julho – dia do Município, pela consolidação da República – dizendo-se preocupado por que lhe parece não ver grande movimentação para a celebração deste dia, com a grandiosidade que merece.

Fala-se constantemente na crise, mas o Porto celebrou as suas festas de S. João, com grandes espectáculos, conforme foi transmitido pelos canais de televisão. Tal como o Porto também nós devemos celebrar as nossas festas com bons espectáculos, tanto mais que no próximo ano se comemorará o 1º. Centenário da Implantação da República, data que nos deve encher de orgulho porque nos permite estar aqui a defender os interesses da colectividade, do povo; a grandiosidade das festas preparatórias do Centenário merece dignidade, sem miserabilismos, porque as festas, desde a antiguidade, foram a única alegria do povo. Ajudam a esquecer as misérias e tristezas que nos afligem. Se as Festas da cidade não tiveram a dignidade e a grandiosidade que merecem manifestarei a minha discordância sobre tal facto. Daqui até ao dia 8 ainda têm tempo de contratar os pirotécnicos, as bandas e os artistas; dêem-nos alegria que bem precisamos dela, nestes momentos de crise. Se o não fizerem haverá uma dívida para com os flavienses.

ISAURA DAS DORES GOMES DE SOUSA do PSD – cumprimentou os presentes e desejou a todos uma boa tarde de trabalho.



Trabalho que implica a criação de um ambiente um pouco diferente daquele a que temos assistido ao longo da maioria das sessões em que tenho tido a oportunidade de participar, activamente, com todo o interesse, ouvindo o que se vai dizendo e que se enquadra na área que me diz respeito:

1º. Ponto - A EDUCAÇÃO. Não consigo entender e muito menos aceitar, que num Órgão representativo do nosso Povo, se tratem as pessoas de forma tão aviltante. Chamar de mentiroso e outros atributos que tais, às pessoas que têm dedicado uma boa parte da sua vida, certamente o melhor da sua vida, a causas tão nobres como são o progresso de uma localidade/região/país, onde os sinais são bem visíveis, considero um insulto a todos (as) quantos o fazem de forma altruísta. Como tal reverto esse processo, essa forma de estar na política, quiçá na vida, que considero de uma gravidade educativa sem limites, para quem não consegue fazer vingar as suas ideias de outra forma.

Há que elevar a discussão, o conflito de ideias e de ideais, à dignidade que nos pertence; há que sermos convictos nas nossas formas de expressão. Porém, façamo-lo de forma educada, de maneira a que possamos reflectir em conjunto, de maneira a que tornemos dignos trabalhadores nas hostes da polis. A juventude não se mede pela ordem cronológica dos tempos vividos; a juventude é uma fase da vida que se há-de estender para além da própria vida, se bem o entendemos. Ser «jovem» é sinal de renovação, de inovação, de mudança, de ideais nobres.

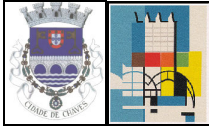
2º.Ponto – As AECs. A interpelação foi feita na última sessão e não obteve a resposta que só poderá ser dada por quem está no terreno. São jovens, muito jovens, as pessoas a quem foi entregue esta missão. A ela se entregaram de corpo e alma. A Câmara Municipal de Chaves tem correspondido na mesma medida. Reconheço que não têm trazido benefícios educativos às jovens gerações que as recebem e que as aplicam. Esta matéria merece uma reflexão e discussão profunda, para melhoria futura. Estarei disponível para apresentar razões devidamente fundamentadas, recolhidas em cada local de trabalho, para se poder prever a mudança que urge implementar. Os alunos estão cada vez mais alvoroçados, o que os impede de progredir aos níveis mais elementares do conhecimento, do comportamento, das atitudes. Nem o **Magalhães** lhes tem oferecido estes condimentos indispensáveis à criação de hábitos de trabalho escolar/educativo que urge prevenir, rever, aplicar, porque remediar não é fácil.

3º.Ponto – Gostaria de questionar este Órgão para a falta de equipamento nas nossas escolas. Os professores têm de utilizar, em casa, os seus recursos informáticos, indispensáveis às tão apregoadas Tecnologias de Informação e Comunicação, utilizando os seus meios financeiros para comprar tinteiros e outros acessórios. Espero que o novo Centro Escolar ofereça todas as condições necessárias para uma educação adequada e necessária aos nossos jovens.

4º.Ponto – Falando em Revolução Educativa gostava de deixar aqui uma palavra de muito apreço pela recuperação extraordinária da Escola Primária de Casas Novas. Ficou aquilo que se chama «coisa de se ver». Gostaria que pudessemos levar este projecto um pouco mais longe.

Gostaria de saber a quem pertencem os imóveis denominados “Casas da Floresta” de Redondelo e Casas Novas e como se poderiam recuperar para implementação do projecto “Ciência Viva”, já que exige condições naturais, ao ar livre, no contacto com a natureza. Esse facto permitiria a recolha de elementos para poderem ser estudados sob as regras científicas possíveis e transformadas em riquezas ecológicas bem necessárias aos cidadãos deste recanto educativamente ignorado. Temos condições humanas e físicas, vamos conseguir as económicas, mesmo com a crise.

Como o Senhor deputado que me antecedeu falou em festas, quero referir a Associação “Chaves Viva”, que tem sido questionada algumas vezes, neste Fórum,



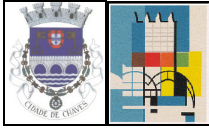
nem sempre pela positiva. Sou membro dessa entidade e tenho colaborado, activamente, com as pessoas que fazem a sua gestão. Têm feito, em meu entender, um trabalho extraordinário, com muita qualidade.

JÚLIO ELISEU DOS ANJOS ALVES do PS – cumprimentou os presentes e em seguida questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a revisão do PDM. Se ficará pronto e aprovado no corrente ano e o ponto da situação em que se encontra. Em seguida disse que a Escola Superior de Enfermagem, criada no âmbito de uma Associação entre Municípios e as Santas Casas da Misericórdia do Alto Tâmega, sempre foi vista como uma Instituição de sucesso no ensino da saúde nesta Região. Nos últimos anos foi objecto de episódios que em nada dignificam este projecto de ensino, retirando-lhe credibilidade e colocam em risco o seu desenvolvimento futuro, nomeadamente: Mudanças forçadas nos seus Corpos Directivos, por decisão do Presidente da Associação Promotora de Enfermagem em Chaves, que levaram à destituição da anterior Direcção; perseguições políticas a funcionários que não partilham das mesmas ideias do Presidente da APEC; promessas infundadas de integração da Escola Superior de Enfermagem no **ISAVE** e a promessa de criação da Escola Superior do Alto Tâmega. A acrescentar a estes factos de cariz organizacional, juntam-se os sinais de fraqueza financeira e descontrolo orçamental que a Escola Superior de Enfermagem apresenta actualmente.

Em 2007 o resultado da actividade originou um prejuízo de 271 mil euros. Apesar disso, desde 2005 que os custos com pessoal não param de aumentar, passando dos 652 mil euros em 2005, para 900 mil euros em 2007, números retirados do Relatório de Contas.

Para além destes factos organizacionais e financeiros, nada recomendáveis, sabemos agora, que a Escola Superior de Enfermagem tem em funções um gestor económico, em condições ilegais, e a ser remunerado em regime de prestação de serviços, também de forma ilegal. Esta situação, para nós, Partido Socialista é grave e o Senhor Presidente da APEC tem exclusiva responsabilidade, uma vez que a nomeação do gestor é feita por ele. Preocupa-nos o facto de o Presidente da Câmara e o Presidente da APEC se recusarem a emitir declaração que discrimine os montantes pagos, pela Escola de Enfermagem, em compensações, remunerações, senhas de presença, honorários, ajudas de custo ou outros valores ao gestor económico; preocupa-nos o facto de não nos serem disponibilizadas cópias das actas que legitimam o actual gestor económico a exercer tais funções; preocupa-nos o facto de não nos serem disponibilizadas cópias dos relatórios de avaliação das propostas do concurso de fornecimento de serviços informáticos; preocupa-nos o facto de o Senhor Presidente da Câmara ter faltado à verdade sobre as remunerações do actual gestor. Como se pode verificar numa acta de Outubro de 2008 e cito o que o Senhor Presidente da Câmara na altura disse ...” o gestor económico da Escola de Enfermagem, Dr. João Pereira, não aufer qualquer tipo de remuneração”.

Sabemos agora que existem documentos dentro da Escola de Enfermagem e aos quais o Partido Socialista teve acesso, que comprovam que o gestor económico recebe anualmente 15.650,00€. Para além desta falta de transparência, credibilidade e informação, por parte do Senhor Presidente da Câmara, a remuneração do gestor económico constitui uma clara ilegalidade. O gestor económico foi requisitado pelo Sindicato dos Bancários, para exercer funções de coordenador da Delegação Sindical de Chaves em regime de tempo inteiro e qualquer sindicalista que esteja dispensado de funções laborais pela sua empresa, para se dedicar a tempo inteiro ao sindicalismo, não poder exercer outro tipo de actividade, muito menos se daí vier uma compensação financeira. Para além disto verificamos ainda que o actual gestor da Escola de Enfermagem é um cidadão omnipresente em várias sociedades empresariais; é Administrador do Mercado Abastecedor de Chaves, do qual recebe



senhas de presença no valor de cento e cinquenta euros, segundo informação do Senhor Presidente da Câmara, mas que, em nossa opinião serão de duzentos e cinquenta euros.

Para esclarecimento da verdade e da reposição da credibilidade da Escola de Enfermagem, solicitamos ao Senhor Presidente da Câmara que esclareça a esta Assembleia esta situação.

HIGINO DOMINGUES FERREIRA DA SILVA do PSD – disse que 2009 é por excelência ano de eleições.

Neste mês tivemos eleições nos 27 países que constituem a Comunidade Económica Europeia e, até ao final do ano, serão sufragadas as Legislativas e as Autárquicas. A seguir às Europeias será eleito o Presidente da CE. Para honra de Portugal e satisfação de todos os democratas portugueses, o candidato com mais hipóteses de ser eleito é o nosso compatriota José Manuel Durão Barroso. Quis o destino que este português, nascido em Lisboa, seja descendente de Transmontanos. O Seu pai é de Veiga do Lila, do Concelho de Valpaços e ele sempre manifestou orgulho da sua origem.

Sou de opinião que os portugueses, em particular os Transmontanos, se sentem satisfeitos e orgulhosos pela sua reeleição. Mas com mágoa de milhões de portugueses espalhados pelo mundo; em Portugal quando se trata de portugueses a ocupar altos cargos Administrativos ou Políticos, a inveja ou a incompetência é a arma dos incapazes. Foi esta arma que o Dr. Vital Moreira, cabeça de lista ao Parlamento Europeu, pelo Partido Socialista, mostrou publicamente, mas o eleitorado demonstrou o seu desagrado e deu a vitória a Rangel e ao PSD.

Esperemos que os eleitos para o Parlamento Europeu pelo Partido Socialista não traíam o seu Secretário - Geral/Eng.º Sócrates, que já se comprometeu a apoiar a recandidatura do Dr. Durão Barroso. O PS sendo Governo, tem obrigação de contribuir para que Portugal continue a ocupar o 1º lugar na hierarquia da Europa.

JOSÉ PIMENTEL SARMENTO do PSD – cumprimentou os presentes, em especial o Senhor Presidente da Mesa em funções.

Ao longo destes últimos quatro anos sempre acreditei que um dia teria a oportunidade de vir aqui dizer que este País foi levado em promessas que não foram cumpridas, depois de deitar abaixo um governo legítimo, de maioria, constituída por dois partidos – PSD e CDS/PP.

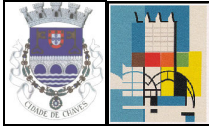
Foram feitos ataques cerrados a uma pessoa que esteve no Governo pouco mais de três meses e que foi Primeiro-Ministro por mera coincidência. Os protagonistas destes ataques – Dr. Vítor Constâncio e Dr. Jorge Sampaio - que inicialmente garantiram apoio a esse governo, vieram a retirá-lo e fizeram-no cair. Foi com essa garantia que o Dr. José Manuel Durão Barroso aceitou o cargo para que foi convidado, na presidência da CEE, como foi por ele afirmado publicamente, em todos os meios da comunicação social.

Depois de ganhar as eleições o actual governo passou dois anos a apregoar a estabilização do deficit, governado para estatísticas, com a colaboração da comunicação social; no seu programa eleitoral prometeu aliviar a carga fiscal, criar 150 mil postos de trabalho e fizeram tudo ao contrário.

Perseguiram pessoas por discordarem da sua política e, quando acabou o estado de “graça”, começou a contestação. A Reforma da Função Pública foi adiada; a Justiça é contestada por muita gente; A Educação também não melhorou.

Em termos de Cultura ouvi recentemente o actor José Raposo dizer que tem sido uma desgraça e que o Senhor Primeiro - Ministro, prometeu agora que até Setembro próximo, daria mais atenção à cultura, mas que já era tarde.

Em termos de Saúde o que fizeram por esse País, nomeadamente aos Flavienses e aos Alto Tamaguenses, foi um atentado à dignidade desta Região, com as mães a



dar à luz os seus filhos a caminho de Vila Real, os nossos doentes a ficarem abandonados no Centro Hospitalar às três e quatro horas da manhã etc. etc. Como compensação pela triste reforma da Saúde, o Senhor Dr. Correia de Campos recebeu o prémio de ir, confortavelmente, para o Parlamento Europeu.

Cada vez que o PS é Governo nós perdemos uma Instituição. Perdemos a Polícia Judiciária, temos o Hospital numa situação difícil e se voltar a ganhar, provavelmente vai a PSP ou o Quartel. Tudo em nome do deficit. Tinha de se cortar onde fosse para garantir um deficit mais baixo. Se não fossem as receitas extraordinárias, tão contestados no governo gestão PSD, mas que depois também as foram buscar (o PS no ano transacto foi buscar de receitas extraordinárias mil e seiscentos milhões de euros), o deficit de 2008 ficaria nos 3,7%.

Temos hoje pior segurança, com constantes notícias de assaltos, violações, lutas na rua com armas, porque a justiça não funciona; as leis não servem os cidadãos deste país. Para nós, pessoas de bem, não podemos aceitar que levem o criminoso a Tribunal e seja libertado primeiro do que o polícia que o apanhou a fazer descatos. Não podemos continuar a aceitar uma situação destas e reivindicamos um País seguro, como foi em tempos. As polícias não têm autoridade e o Governo nem repara.

A pobreza aumentou. Cada dia sobe o número de pobres em Portugal e há muitas, mas mesmo muitas famílias em que os dois membros do casal ficaram desempregados. Temos hoje 600 mil desempregados.

O Senhor Ministro da Agricultura é responsável pela perda de vários milhões de euros na Agricultura, que foram devolvidos à CEE, por incapacidade e incompetência, levando os agricultores a manifestar-se na rua.

A dívida externa disparou. Sabemos que temos hoje uma dívida muito superior à que tínhamos há quatro anos atrás, apesar do silêncio da comunicação social. Foi a TVI o canal de televisão que deu conhecimento das várias situações existentes e que eram desfavoráveis à política do Governo. Por isso o Senhor Primeiro – Ministro, seguindo os princípios de outros ministros seus, veio ameaçar este canal televisivo.

Quando há uns anos atrás houve mudança na política da água eu votei contra e disse que não tardaria muito em que fosse obrigatório declarar os poços, as minas e os furos existentes por essas aldeias, que os nossos agricultores utilizam para regar as suas hortas; essa situação está acontecer, criando-lhes ainda mais dificuldades.

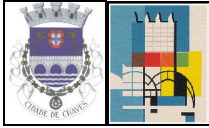
Durante estes anos o Partido Socialista viveu com a sua arrogância, fazendo alarde da sua imagem, dos projectos das grandes obras como o TGB, a Nova Ponte sobre o Tejo e o Novo Aeroporto, sabendo que, certamente, não seria o seu Governo a pagá-las. Nas eleições para o Parlamento Europeu os Portugueses não se deixaram iludir pelas sondagens e votaram com clareza na mudança. Verificou-se que a máquina de propaganda do PS falhou, o Senhor Primeiro – Ministro aparece agora com um discurso de mudança.

Como coordenador das festas quero agradecer à Chaves Viva, à Câmara Municipal, às Juntas de Freguesia de Santa Maria Maior, Madalena e Santa Cruz/Trindade, o empenhamento e o apoio que me deram, durante estes quatro anos.

O Concelho de Chaves, de facto, merece melhor. Merece um Governo Central melhor, do aquele que temos.

ANTÓNIO MANUEL CARVALHO MOTA do PSD – depois de cumprimentar os presentes referiu-se à data histórica do nascimento de D. Afonso Henriques há 900 anos.

Congratulo-me e regozijo-me com a frase pronunciada pelo Senhor deputado Francisco Melo quando disse na sua intervenção ...” faça festas Senhor Presidente por aqui a crise não se sente. O Porto, onde a crise é notória, festejou o S. João, com 20 minutos de fogo de artifício fabuloso”. Tal como o Senhor deputado também eu



peço ao Senhor Presidente da Câmara que faça a festa, porque se aqui não há crise, a sua não existência deve-se, certamente, ao bom trabalho que foi feito nestes últimos anos, pelo executivo a que V. Exa. preside. Faça festas e convide o Senhor deputado Francisco Melo para ser o Comissário das Festas da Cidade.

Congratulo-me que não haja crise em Chaves, que não se sinta o desemprego, que as pessoas vivam felizes. Este é o ano em que o “Quarteto 1111” se juntou de novo para fazer concertos; os “Eagles” voltaram a actuar em Portugal e o compositor e cantor “Elton Jon” comemora num concerto, os 25 anos do programa de Música “Oceano Pacífico”.

Apesar do excelente trabalho realizado neste últimos oito anos percebi que o Senhor Presidente da Câmara em nada mudou e não mude. Continue a usar o mesmo discurso, a mesma forma de interpelar as pessoas, a mesma maneira de andar na rua e de cumprimentar toda a gente como sempre fez.

Deixo uma palavra de felicitação ao PCP e ao CDS/PP, porque ganharam no acto eleitoral de 7 de Junho para o Parlamento Europeu, num confronto terrível, que tiveram com um inimigo”, que teve um tempo de antena extraordinário - as empresas de sondagens.

Esta, provavelmente será a última sessão da Assembleia Municipal antes das férias e das campanhas para os actos eleitorais que se aproximam, onde cada um de nós defenderá as suas convicções. Desejo profundamente que a campanha autárquica não transforme nenhum de nós em inimigo, mas sim e apenas em adversários, trabalhando e defendendo as nossas convicções, os nossos ideias, os nossos valores e pela legítima opinião política/partidária que cada um de nós tem. Nenhum de nós é mais ou menos, tendo em conta o espectro político no qual nos revemos. Peço a todos para que a campanha que se avizinha, seja um verdadeiro desenvolver de espírito de cidadania, onde nos vamos defrontar pelas nossas opiniões, pelas nossas convicções e não pelo perjúrio, nem pela baixaria. Independentemente dos resultados que surgirem nas próximas eleições, peço a todos que possamos dar um exemplo de cidadania, de humildade democrática e de verdadeira actuação na defesa da nossa escolha. Em democracia não é pela opção de escolha que devemos ser, ou não, prejudicados; devemos ser sim prejudicados quando os nossos valores baixam ao nível que ninguém, nem nós próprios os entendemos.

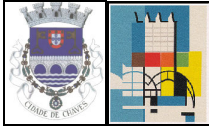
Terminou desejando a todos boas férias.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida referiu a intervenção do Senhor deputado Francisco Melo. Disse que quando foi da discussão do Plano e Orçamento o PS acusou o executivo de aumentar a despesa. Hoje o Senhor deputado, do mesmo partido, veio propor que se façam festas sem temer que a despesa aumente.

O Programa das Festas da cidade é semelhante aos demais que tem sido feitos nos anos anteriores, ou seja um bom Programa. Os Flavienses sabem reconhecer o que o Senhor Presidente da Câmara e o seu Executivo têm feito ao longo dos últimos oito anos; vêm diariamente no terreno as obras importantes que foram executadas e através da sua informação todos sabemos o volume de obras em curso. Estamos em ano de eleições e os Flavienses, na altura certa, reconhecerão o trabalho efectuado, reconduzindo-o para um outro mandato nas eleições autárquicas que se aproximam.

Na sequência do pretérito acto eleitoral – *ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU/2009* - ocorrido a 7 de Junho, o Grupo Municipal do PSD, gostaria de partilhar com esta assembleia algumas reflexões, nomeadamente:

Felicitar todos os Flavienses pela lição de civismo, na campanha, durante e após o acto eleitoral;



Agradecer a todos os Flavienses que participaram de forma activa e firme na campanha: militantes, simpatizantes e votantes do PPD/PSD.

Manifestar a preocupação crescente pelos elevados níveis de abstenção verificada. Da nossa parte, tudo faremos para, com convicção e empenho, incentivar a generalidade dos cidadãos à participação nas decisões que a todos nos dizem respeito.

Reconhecer que esse esforço foi decisivo e determinante para uma vitória tão clara quanto inequívoca, contribuindo para esta marca histórica registada no nosso Concelho pelo PPD/PSD;

Enaltecer ainda a importância desta vitória no contexto Nacional (31.69%), Distrital (47.38%) e Local (49.96%), lembrando que nos catorze concelhos do Distrito, a vitória foi do PSD. A nível local em 51 freguesias o PPD/PSD venceu em 50, aumentando o número de votos e duplicando-os relativamente ao Partido Socialista. Refiro-me apenas às eleições de 7 de Junho, sem qualquer outro tipo de transposição ou de comparação para as eleições que se avizinham.

A propósito das sondagens e referindo-me ainda ao passado dia 7 de Junho, depois de uma vitória clara do PSD a nível nacional, com mais de três milhões de votos, pela primeira vez ouvi os meios de comunicação social dizer que se no dia 7 se tivessem realizado as eleições legislativas, o Partido Socialista vencia com maioria relativa. Como se enganaram nas sondagens relativamente às Eleições para o Parlamento Europeu, é possível que se enganem, também relativamente às Legislativas.

Reafirmar que o PPD/PSD continuará, como sempre, com Honestidade, Competência e Determinação, a pugnar pelo desenvolvimento da nossa cidade, concelho e região e a lutar contra aqueles que como argumento político, apenas apresentam como alternativa a maledicência.

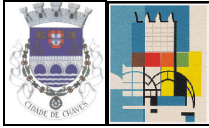
Continuamos a construir um presente mais sólido e um futuro sustentado.

FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO do PS – usou de novo da palavra para dizer que os partidos que estão na oposição ao Governo Socialista, só vêm o que é mau. Os membros do PS vêm o que é bom e entre o mau e o bom, pensa que o bom é mais.

“O Partido Socialista é um Partido de esquerda e nesse contexto aplicou várias políticas sociais, que estão no terreno. Um exemplo é o apoio dado na Acção Social Escolar, que triplicou; a forma de incidência para quem tem abono foi alterada. Paga-se muito mais subsidio de desemprego hoje, do que antes; numa altura em que se verifica uma queda da actividade económica, não houve diminuição nos apoios sociais, quer aos idosos, que hoje têm o cheque dentista e outros que não existiam, quer às famílias. É justo dizer-se que nem tudo foi mau, embora exista a opinião de que a maioria de actuação deste Governo foi má, o facto é que não é verdade dizer que tudo foi mau. Com verdade devemos reconhecer o que foi bom e o que foi mau e nós achamos que o bom foi acima do que foi mau.

O maior problema que hoje o Partido Socialista tem é o BPN, onde teve que injectar mais milhões, para evitar a falência, do que aquele que injectou nas pequenas e médias empresas. Esse dinheiro fazia falta para enfrentar a crise se os seus gestores não o tivessem afundado. Quando a crise é grande toda a gente ralha e ninguém tem razão.

O que eu disse é que o País está mal e que as pessoas andam tristes; necessitamos de alegria e o povo quer foguetório e eu também. Quero que esta vil tristeza passe e que possamos viver em comunidade, com amor e com estima uns pelos outros. O “8 de Julho” tem sido criticado, argumentando que se tratou de uma luta entre irmãos. Se o Senhor Presidente entender aceitar a proposta feita pelo Senhor deputado António Mota eu também a aceito e colaborarei, com galhardia, na Comissão das Festas”.



O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** lembrou que a elevação dos trabalhos da Assembleia, merece da parte dos Senhores deputados um pouco mais de contenção, no sentido de dignificar as funções de cada um.

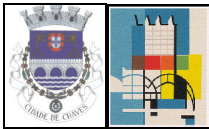
O **PRESIDENTE DA CÂMARA** cumprimentou os presentes e em seguida respondeu às questões que lhe foram colocadas neste período Antes da Ordem do Dia, pela respectiva ordem de intervenção:

- O Senhor deputado **Rui Oliveira** referiu-se na sua intervenção às Eleições para o Parlamento Europeu, realizadas no passado dia 7. Não vou comentar e como sempre tenho feito, apenas responderei a questões relacionadas com a política local.
- O Senhor deputado **Francisco Melo** referiu-se às Festas da cidade, afirmando-se dentro de um partido de esquerda – o PS. Quem é de esquerda não tem necessidade de o dizer, porque as suas obras falam por si e a sua acção mostra o que é capaz de fazer no terreno, em prol do que é o bem comum. As pessoas manifestam-se, ideologicamente, através das suas acções. Hoje as ideologias são modas que também passam, mas para lá das ideologias valem as ideias, sobretudo aquelas que nós conseguimos transformar em projectos e os projectos em obras. O PSD e nós executivo temos orgulho de poder dizer que conseguimos, efectivamente, transformar ideias em projectos e estes em obras, das quais os cidadãos beneficiam, em todas as suas dimensões.

Queria agradecer ao Senhor deputado Francisco Melo a confiança que depositou em mim, ao solicitar que comemorasse, com dignidade, o Centenário da República; como essa efeméride só terá lugar em 2010, significa que está a contar comigo à frente do executivo e dada a sua disponibilidade para ser comissário dessas comemorações, desde já contarei com a sua presença na Comissão de preparação do evento no próximo ano.

O Programa definitivo das Festas da Cidade foi apresentado ontem e admito que o Senhor deputado ainda não tenha tido acesso a ele. Estas Festas não se resumem ao dia “8 de Julho”, que este ano é numa quarta-feira e tem um conjunto de actividades institucionais próprias. Começam no próximo dia 27 de Junho e terminam no dia 12 de Julho; são duas semanas com um conjunto de actividades relacionadas com o “Dia do Município”. De ano para ano temos vindo a afirmar a matriz local das Festas, contratando actores locais, porque são esses que prevalecem, para além daquilo que é o efémero duma festa ou de um espectáculo. Essa matriz local é valorizada em três vertentes essenciais: **1.** Pela primeira vez vamos ter um congresso de música popular, designado Chaves Folk, que terá lugar já no próximo fim-de-semana, com um festival de ranchos folclóricos. **2.** A Academia de Artes de Chaves, nomeadamente a Escola de Música, apresentará um musical, que terá duas actuações durante as Festas da Cidade. **3.** O espectáculo “Chaves na Moda”, organizado por agentes locais.

Na parte desportiva para além da maratona oficial, que é considerada a melhor do País vamos ter mais duas - uma feminina e outra com veteranos. Ao longo destes quinze dias vamos ter um conjunto de actividades que dignificam a cidade e valorizam a matriz local da cultura, sem excluir o fogo de artifício. O barómetro destas actividades é a participação popular, que é a mais importante porque as festas são organizadas para as pessoas participarem nelas. Estas são as suas linhas essenciais, porque o Programa é mais extenso. Defendo a matriz local da cultura e nunca deixaremos de a colocar em primeiro lugar, mas isso não significa que não possamos vir a trazer do exterior acções – seja na música, seja no desporto – que possam engrandecer as nossas Festas.



O Primeiro Programa da RTP “Portugal em Directo”, vai ser realizado em Chaves, no próximo dia 29 e transmitido ao longo de todo esse dia. É uma oportunidade para divulgar não só o Programa das Festas como tudo aquilo que temos de bom no nosso Concelho.

- A Senhora deputada **Isaura Gomes de Sousa** referiu-se às actividades de enriquecimento curricular. Foi com satisfação que o Município recuperou o edifício de Casas Novas e o dotou das melhores condições para formar pessoas naquele espaço. Os Formadores das actividades extra curriculares são seleccionados por concurso, em colaboração com os Agrupamentos de escolas e são remunerados pelas Tabelas aprovadas por lei, em função do número de horas que cada um lecciona; como a qualquer trabalhador são-lhes proporcionadas as condições de dignidade para o exercício da sua actividade. Há um ano atrás foi-nos aprovado o primeiro projecto de Regeneração Urbana, onde se inclui Centro de Ciência Viva que será instalado no Edifício do Antigo Magistério Primário; os respectivos projectos já se encontram aprovados, devendo a obra ir a concurso em breve.

As Casas da Floresta são propriedade do Ministério das Finanças. Em 2006 a Autarquia manifestou interesse em adquiri-las, mas a Direcção Geral de Florestas nunca respondeu. Nesta altura há interesse em que este património seja transferido para entidades locais, através da figura do Comodato. Cimo de Vila da Castanheira já assinou o Contrato e já faz a gestão da Casa Florestal da Freguesia, onde a Câmara Municipal, em conjunto com a Junta de Freguesia investiu vários milhares de euros, na sua recuperação, para ali instalar um Posto avançado de Bombeiros, que tem feito um trabalho notável, na prevenção e combate a incêndios Florestais, em toda aquela zona.

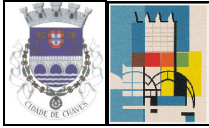
- O Senhor deputado **Júlio Alves** fez uma intervenção onde colocou uma questão importante e que tem a ver com o PDM.

Como o Senhor sabe, existe uma hierarquização de Planos, a nível do País, onde se enquadram todos. Está aprovado e em execução o Plano Nacional de Ordenamento do Território. O Plano Regional de Ordenamento do Território só terá a sua versão final aprovada no próximo dia 26 de Junho de 2009. Muito embora haja Planos Directores Municipais, como é o caso da Autarquia de Chaves, que tem o seu trabalho realizado, as entidades oficiais de tutela solicitaram que se aguarde a aprovação do PROT, para, posteriormente, numa hierarquização natural – nacional, regional – se avançar com a aprovação do PDM. É o que estamos a fazer. O Plano Municipal de Ordenamento do Território, que não é mais do que o Plano Director Municipal, aguarda a aprovação dos Planos de natureza superior.

Sobre a Escola de Enfermagem cumprimos rigorosamente o estatuto da oposição e nada mais tenho a acrescentar a tudo o que já informei.

- O Senhor deputado **Higino Silva** falou de política europeia.
- O Senhor deputado **Pimentel Sarmento** fez uma intervenção onde referiu vários assuntos e eu vou comentar apenas o que mencionou sobre política local, nomeadamente o apoio a estratos sociais desfavorecidos.

Nesta área a Autarquia tem prestado uma série de apoios, quer em rendas de habitações e outros de âmbito social. Na área da agricultura, vamos inaugurar brevemente o melhor Mercado de Gado de toda a Região Norte, no sentido de apoiar os agricultores do nosso Concelho. A Câmara Municipal de Chaves foi a primeira a disponibilizar meios e pessoal, para apoiar a legalização dos poços, de acordo com as instruções recebidas da Administração Regional de Hidrografia do Norte IP. Neste momento existe algum compasso de espera, por ordem da mesma Administração Regional. Aguardamos novas directrizes.



- Agradeço o apoio do Senhor deputado **António Mota**. Continuaremos a trabalhar com afinco e dedicação para que as pessoas do nosso concelho tenham um presente e um futuro melhor. O nosso passado é digno e dignifica-nos.
- O Senhor deputado **Nelson Montalvão** referiu o desenvolvimento do Concelho. Esse é o objectivo de todos nós.

Neste período usaram ainda da palavra os seguintes deputados:

JÚLIO ELISEU DOS ANJOS ALVES, do PS – pediu novamente a palavra para dizer que enquanto membro da Assembleia Municipal tem legitimidade para questionar o Senhor Presidente da Câmara e este tem obrigação de esclarecer ou responder às perguntas que lhe são feitas. Se não sabe responder deve dizê-lo, mas se não quer responder, então a situação é mais grave.

Disse ter documentos em sua posse relacionados com as perguntas que fez na última Assembleia Municipal e às quais o Senhor Presidente não respondeu, relacionados com a política local, nomeadamente a remuneração do gestor da Escola de Enfermagem.

“Quando falei na seriedade da política referi-me a estas questões. Todos temos legitimidade para perguntar e tirar as dúvidas e o Senhor Presidente está aqui como político e não como cidadão e por isso deverá responder”.

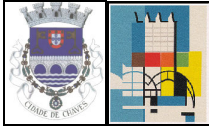
ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – cumprimentou os presentes e em seguida fez um pedido de esclarecimento.

Hoje, como no passado é possível adjectivar as políticas de esquerda ou de direita, dado o carácter de implementação a quem se dirigem, mas concordo que o importante a quem exerce o poder é ter ideias, é ter projectos e é executar esses projectos”.

Disse reconhecer a este executivo toda a legitimidade na execução das obras e perguntou se é ou não verdade, que a maior parte das obras emblemáticas, executados pela Autarquia, foram ou não ideias de executivos anteriores do PS; se foram ou não projectos anteriores do PS e se a esmagadora maioria delas tinha ou não tinha garantidos os financiamentos para a sua execução.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às perguntas feitas pelos Senhores deputados.

- O Senhor deputado **Júlio Alves**, com ar de quem é mais sério de que toda a gente, veio aqui colocar questões que já foram discutidas anteriormente.
Eu nunca pus em causa a legitimidade de ninguém para fazer as perguntas que entendesse, mas também tenho a mesma legitimidade relativamente à forma como respondo ou não, cumprindo sempre o Estatuto de Oposição.
Diz também o Senhor deputado que o Estatuto de Oposição é um documento vazio, mas é exactamente como base nesse mesmo documento que o Senhor faz as perguntas. Ora o Senhor deputado não é mais sério do que os outros.
Se o Senhor tem tanto documento em seu poder, e se entende que existe alguma irregularidade, desafio-o a apresentá-los nos respectivos Organismos de Tutela. Estamos num País de Direito e o Senhor avance para os Órgãos competentes com esses documentos que nós cá estamos para responder ao que nos for solicitado.
- O Senhor deputado **Anselmo Martins** referiu ideias, projectos e obras.
Ter ideias é o mais simples e recuando no tempo, sabemos que a ideia do primeiro grande plano de desenvolvimento deste Concelho, nomeadamente as margens do Rio Tâmega, vem do primeiro Presidente de Câmara eleito em 1977, pelo PSD – Senhor Nuno Gil Pires.
Ideias podiam existir, mas projectos não existiam. Os projectos do Programa Polis foram mandados fazer por este executivo, depois de tomar posse em 2002 e de forma muito diferente da que estava pensada pelo anterior executivo de gestão socialista. Havia um Plano que era três vezes menor, no que respeita à intervenção



no terreno e duas vezes menos em termos de valor de investimento. O actual Primeiro – Ministro é testemunha desta realidade, porque a primeira reunião que tive com ele foi a 8 de Janeiro de 2002, logo no dia seguinte ao da tomada de posse, onde foi tratado o assunto do Polis.

A área de localização empresarial tem três vertentes distintas: Mercado Abastecedor, Parque Empresarial e Plataforma Logística e eu nunca mais esqueço que quando pela primeira vez, referi nesta Assembleia Municipal a Plataforma Logística, muitos dos senhores deputados não sabiam o que isso era. Não havia um único projecto para qualquer destes investimentos. Havia a ideia, mas um projecto não é uma ideia. Um projecto para um investimento ou qualquer obra exige estudos, cálculos, especialidades, estimativas, financiamento e nada disso estava feito. E se é fácil ter ideias, não é tão fácil fazer os projectos, aprová-los e candidatá-los a financiamentos, mas muito mais difícil é concretizar as obras no terreno.

Desafio os Senhores deputados do Partido Socialista a provar quais os projectos que efectivamente existiam. Não o podem fazer, porque na verdade não existiam. E pergunto-lhes: Qual é a obra, mesmo financiada, que recebe dinheiro, sem estar em execução, ou executadas?

As obras executadas nos últimos sete anos, não se resumem ao Programa Polis e à Zona Empresarial. Há muitas mais e todas foram concretizadas por nós, com projectos devidamente aprovados. Curioso é que o Partido Socialista não soube fazer as obras, mas soube sempre criticá-las.

O **SENHOR DEPUTADO JÚLIO ALVES** do PS pediu novamente a palavra para defesa da honra.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, informou o Senhor Deputado que não entendeu ter sido atingida a sua honra.

Pediu esclarecimentos nas duas intervenções que fez, sobre as mesmas questões às quais o Senhor Presidente da Câmara respondeu. No entanto concedeu-lhe novamente a palavra, para a defesa da honra.

DEPUTADO JÚLIO ALVES do PS disse que os documentos a que se referiu na sua intervenção, nunca seriam para ser usados em Tribunal.

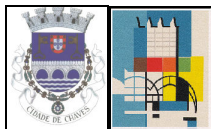
Esta é uma questão política e eu tenho todo o direito de falar nela. Quem nomeou o gestor da Escola de Enfermagem não foi o Partido Socialista. Foi o Senhor Presidente da Câmara enquanto Presidente da APEC.

Entrou-se no Período da “**Ordem do Dia**”

PONTO 1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL.

ABRIL 2009

Dia 30 – Reunião no Porto: Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território (Norte).

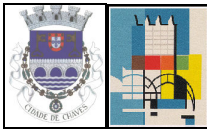


MAIO 2009

- Dia 2** – Deslocação à Covilhã (Unhais da Serra) – Congresso de Hidrologia Médica. Ficou definido que o Congresso 2010 será em Chaves e terá âmbito Internacional.
- Dia 4** – Lisboa – Ministério da Cultura: Arquivo Municipal, Museu das Termas Romanas, Fundação Nadir Afonso...
- Dia 5** – Tomada de Posse da Assembleia Intermunicipal da Comunidade de Trás-os-Montes.
- Dia 8** – Apresentação do Projecto Eurocidade às Embaixadas de Espanha e Portugal.
- Dia 15** – Lisboa: Compra à REFER das Estações de Chaves e Vidago.
- Dia 16** – Presença em Chaves do Senhor Ministro da Presidência: Entrega de Diplomas no âmbito da formação “Novas Oportunidades”.
- Dia 18** – Encerramento das Comemorações dos 200 anos das Invasões Francesas.
- Dia 19** – Reunião em Vidago com as populações de Arcossó, Anelhe, Vilarinho das Paranheiras, Vidago e Vilela do Tâmega: Barragem do Alto Tâmega.
- Dia 22** – Reunião com a Administração das Águas de Trás-os-Montes: Investimentos da Empresa no Concelho.

JUNHO 2009

- DIA 2** – Reunião na CCDRN – Porto: Ciclovia e Área de Acolhimento Empresarial (Candidaturas).
- DIA 5** – Cedência (por Comodato) da Escola da Estação (aquando disponível) ao Rotary Clube de Chaves para o desenvolvimento das suas diversas actividades.
- DIA 17** – Reunião do CIM – TM – definição do modelo de funcionamento. Candidaturas.
- DIA 20** – Vila Real (Governo Civil): Assuntos de Protocolo no âmbito da defesa da Floresta contra incêndios.
- DIA 21** – Dia do Idoso.
- DIA 23** – Criação da rede Ibérica de Instituições de natureza transfronteiriça. Chaves na Comissão Instaladora.



INFORMAÇÃO RELATIVA À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO A 19 DE JUNHO DE 2009.

1- Execução do Plano Plurianual de Investimentos:

2-Dotação Actual do PPI.....	30.130.996,30€
Dotação Comprometida	22.635.383,16€
Taxa de Execução Física do PPI	75,12%

2 – Execução do Orçamento:

2.1 . Execução do Orçamento da Despesa:

Dotação Actual do Orçamento	60.183.677,21€
Dotação Comprometida	39.520.168,72€
Grau de Execução do Orçamento da Despesa	65,67%

2.2 . Execução do Orçamento da Receita:

Dotação Actual do Orçamento.....	60.193.250,10€
Receita Recebida	15.329.836,08€
Grau de Execução do Orçamento da Receita.....	.25,47%

3 – Situação das Responsabilidades Financeiras Assumidas pela Autarquia:

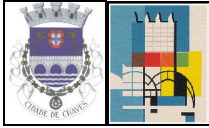
3.1 . Responsabilidades Financeiras de Curto Prazo:

Data	Dívida de Curto Prazo
2008.09.22	15.841.381,55€
2008.12.15	12.793.061,10€
2009.02.23	13.807.694,01€
2009.04.24	14.906.159,20€
2009.06.19	14.730.544,66€

3.2 . Responsabilidades Financeiras de M/L Prazo:

Data	Dívida de M/L Prazo
2008.09.22	15.660.700,22€
2008.12.15	19.345.120,97€**
2009.02.23	19.068.937,08€
2009.04.24	18.536.751,53€
2009.06.19	18.322.654,34€

(**) – já se encontra incorporado o capital em dívida e respectivos juros referente ao financiamento contraído no âmbito do Programa “pagar a tempo e Horas”.



DEPUTADO RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA, da CDU – pediu a palavra para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se as obras que estão a decorrer na Madalena têm um prazo definido para a sua conclusão.

São obras necessárias, mas, neste momento, condicionam a vida dos habitantes da zona.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões colocadas, quer pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vidago, quer pelo Senhor deputado da CDU dizendo:

- A IBERDROLA ganhou um concurso, aberto pelo Governo Português, para execução das barragens da Região do AltoTâmega, onde está incluída a chamada “*Barragem do Alto Tâmega*”, que é a única que interfere com o Município de Chaves, à quota 312. Entretanto, com o desenvolvimento do processo do impacto ambiental estratégico, a IBERDROLA colocou a possibilidade de subir essa quota mais dez metros, passando para 322. O direito adquirido pela referida Empresa, através do concurso, é para a quota 312, mas se ninguém se opuser, passará para 322. Por essa razão e para elaboração de documento a enviar às entidades responsáveis entendemos ouvir as populações das freguesias visadas pelas obras. Se a quota ficar a 312 só a freguesia de Arcossó é que será minimamente atingida, mas se passar para 322, já irá implicar com propriedades das freguesias de Anelhe, Vilarinho das Paraneiras e Vidago. (A ETAR de Vidago teria de ser deslocalizada).

A reunião em Vidago serviu para esclarecimento e para expor a nossa posição que vai no sentido de se manter a quota 312. As razões que fundamentam esta tomada de posição são de ordem prática, porque os melhores terrenos da Freguesia de Arcossó ficariam, na sua quase totalidade, submersos. Haverá uma alteração climática, com a formação de mais nevoeiro em toda a zona envolvente. Do ponto de vista turístico também pouco ou nada ganhamos, porque teremos água no inverno e lamas no Verão.

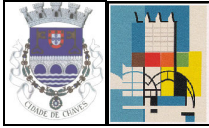
Na referida reunião ficou decidido que seja elaborado um documento a enviar para as Entidades decisoras, manifestando a nossa posição.

- Sobre o *Centro Escolar de Vidago* está a ser feita a negociação final com os proprietários do terreno pela via amigável, para iniciar a sua construção, cuja contratação podemos fazer através do ajuste directo. Ponderadas as várias opções, escolheremos, certamente, a que for mais favorável para o Município a todos os níveis.

- O *Balneário Pedagógico de Vidago* tem o financiamento garantido pela contratualização, e será efectivo à medida que executarmos a obra, a implantar na zona da antiga estação, adquirida pelo Município para esse efeito.

- Sobre as *obras da Madalena* é curioso que a Câmara Municipal recebeu os comerciantes da Freguesia numa 2ª feira e o Partido Socialista deu uma conferência de imprensa no dia seguinte. Na reunião com os comerciantes ficou assente que as obras em questão teriam de ser feitas no período de Verão, porque no Inverno é impensável; uma vala naquela zona, que tenha para cima de um metro de profundidade, é imediatamente inundada de água, razão porque só podem ser feitas no Verão.

As Águas de Trás-os-Montes estão a colocar o emissário que vem desde S. Lourenço – Eiras – Campo de Cima – Saneamento da Madalena – Caneiro - Carreira da Vila - Outeiro Jusão, até à Nova ETAR. Todas estas obras estão a ser executadas há relativamente pouco tempo. Não é apenas a Rotunda. É todo um conjunto de obras que o Município vai executar desde o Raio X até à Cooperativa Agrícola e não poderia fazê-lo se não estivessem reunidas as condições, tanto mais que as



pavimentações só devem ser feitas com o tempo seco. Todos compreendemos que as obras são incómodas, mas não existe outra forma de poder ter as infra-estruturas. Em reunião do executivo, os senhores vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente um projecto, que foi aprovado por unanimidade e no qual estava previsto o abate das árvores que houve necessidade de cortar. No entanto, na conferência de imprensa que deram criticaram esse facto. Ou não fizeram caso do que estava no projecto, ou interessou-lhes, politicamente, criticar, apenas para criticar, o que anteriormente tinham aprovado. Isto não é a coerência que apregoam. Para além destes esclarecimentos o Senhor Presidente da Câmara prestou ainda as seguintes informações:

- A Comissão Executiva do Eixo Atlântico, através de FAX, comunicou-nos que no passado dia 3 de Junho, em reunião realizada em Santiago de Compostela, aprovou por unanimidade sediar a Unidade de Formação para a Agência da Ecologia Urbana do Eixo Atlântico, na cidade de Chaves.

- Para além da aprovação da Fundação Nadir Afonso, foi-nos aprovado o segundo Projecto de Regeneração Urbana, com o montante de nove milhões de euros, que engloba o Pavilhão Multiusos.

Quando o Senhor deputado Anselmo Martins, na sua intervenção, falou naquilo que fica, devo dizer-lhe que, neste momento, o Município de Chaves em termos de financiamento garantido tem:

- Primeiro Projecto de Regeneração Urbana – 10 milhões de euros
- Fundação Nadir Afonso – 9 milhões de euros
- Segundo Projecto de Regeneração Urbana – 9 milhões de euros
- Contratualização – 8 milhões de euros
- Centros Escolares – 6 milhões de euros
- Modernização Administrativa – 500 mil euros
- Projecto conjunto com outras cidades de Trás-os-Montes – 3 milhões de euros.
- INTERREG 3 milhões de euros

Eu pergunto se alguma vez, o Município de Chaves teve o financiamento que hoje tem, devidamente homologado.

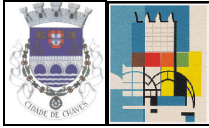
Já chegou o Relatório da Inspeção ordinária que o Município de Chaves teve em 2008. Dei conhecimento à Câmara Municipal que o referido Relatório incidiu particularmente em Pessoal e Urbanismo. No que respeita ao Pessoal não apontou qualquer situação anómala e na parte do Urbanismo chama a atenção para duas situações que já mereceram uma resposta da Autarquia que vai de encontro à solução das duas questões. O Relatório final será enviado depois da análise da nossa resposta e virá a esta Assembleia Municipal na devida altura.

DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – usou de novo da palavra para dizer que tudo o que vier de bom para Chaves, independentemente de quem o consiga, é sempre bem-vindo.

PONTO 2. - ADESÃO À ASSOCIAÇÃO “AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO BARROSO E ALTO TÂMEGA – ARENABAT”, PROPOSTA 50/GAPV/09.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que esta Proposta vem à Assembleia Municipal depois de ter sido apresentada na Câmara Municipal.

Trata-se da adesão do Município de Chaves a uma Agência de Energia. O objectivo é que o Alto Tâmega tenha essa Agência devidamente instituída, para que possa vir a abranger a NUT III, onde só haverá uma. Esta em concreto foi iniciada por particulares que solicitaram à AMAT a sua adesão. Haverá posteriormente a eleição dos respectivos Órgãos e nessa altura os Municípios terão uma palavra importante a dizer.



Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 96 votos a favor, dois votos contra e zero abstenções. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O Senhor deputado Rui Jorge da Silva Oliveira da CDU, apresentou a seguinte Declaração de Voto: “ A CDU votou contra, em primeiro lugar porque a Assembleia não foi questionada sobre a criação desta Agência. Trata-se apenas de uma adesão. Em segundo lugar a explicação dada sobre o assunto foi vaga e não entendemos a utilidade de uma Agência Regional de Energia de Ambiente de Barroso e Alto Tâmega”.

PONTO 3. - PRIMEIRA REVISÃO AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO FINANCEIRA EM VIGOR PARA O ANO ECONÓMICO DE 2009 PROPOSTA Nº 24/DGFEP/09.

O PRESIDENTE DA CÂMARA disse que esta Proposta tem como objectivo a inclusão de uma receita que entrou posteriormente ao encerramento das Contas. Isto prova que as nossas previsões orçamentais, não necessitam que, a meio do ano, seja feita qualquer orçamento rectificativo. As previsões feitas estão dentro daquilo que é o normal funcionamento económico/financeiro do Município.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 4. - PROPOSTA PARA GEMINAÇÃO ENTRE AS CIDADES DE CHAVES E COIMBRA INFORMAÇÃO N.º 218 / DC/ 09.06.08 - AO ABRIGO DO ART. 83º.

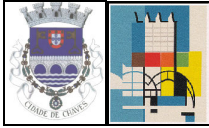
O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que esta Proposta vem não só pela importância que existe nas geminações entre cidades, mas também pelos motivos históricos que lhe estão associados.

Antes de 2002 o Município de Chaves fez duas geminações – uma com a cidade de Nampula em Moçambique e a segunda com a cidade de Bafatá na Guiné/Bissau. Depois disso e já com este executivo fizemos uma geminação com a cidade de Differdange no Luxemburgo, onde residem pessoas do nosso Concelho, em número considerável, nomeadamente de Bustelo e Casas de Monforte e a cidade Universitária de Tallance, próxima de Bordéus, em cuja Universidade leccionam dois professores que estudaram a figura “Idácio – Bispo de Chaves”.

Nunca me desloquei a Nampula ou a Bafatá, mas já estive em Differdange e em Tallance com as quais temos um relacionamento cultural e desportivo; mais desportivo com Tallance, onde uma equipa de Chaves todos os anos participa e já chegou a ganhar um torneio internacional, onde estiveram presentes 15 países. Com Differdange é mais ao nível cultural; já lá actuou o Grupo Coral de Chaves, e foi feita uma exposição com obras do Mestre Nadir Afonso.

O facto de avançarmos agora para uma geminação com a cidade de Coimbra, tem um objectivo essencial. Desenvolver e fomentar políticas destinadas à juventude, através de intercâmbios escolares; partilha e permuta de acções sócio/culturais e desportivas; permissão do usufruto dos serviços do Complexo Termal das Caldas de Chaves e outras especificadas no documento de intenção. São duas cidades fundadas no tempo do Império Romano, e têm um conjunto de características que nos aproximam, quer seja ao nível social, cultural e desportivo. Para além disso existem figuras, no momento actual, como o Dr. Telles Grilo, o Maestro José Firmino Morais Soares, que são Flavienses e fazem a sua vida em Coimbra.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.



PONTO 5 - ALIENAÇÃO DE PRÉDIOS RÚSTICOS/AJUSTE DIRECTO. PROPOSTA Nº.24/DGFEP/09 - AO ABRIGO DO ART. 83º.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que esta Proposta se prende com a instalação de uma Unidade Industrial no Parque Empresarial de Chaves, por parte da Firma STELLEP – Produção de Pellets, S.A. que necessita para o efeito de uma área de 40 mil metros quadrados. Uma parte desta área foi adquirida pela Empresa a particulares e a restante é constituída por prédios do Município.

Dado que existe urgência na instalação desta unidade, já aprovada pelo Ministério da Economia, que vai fabricar grânulos de aquecimento, cuja matéria-prima é proveniente das florestas – as chamadas energias renováveis/fontes alternativas de energia - vai ser necessário, para tal, recorrer à figura do Ajuste Directo. Os valores que estão em questão não necessitavam de ir à Câmara e vir a esta Assembleia, mas dado o carácter de urgência, solicita-se autorização para celebrar o contrato de compra e venda, introduzindo-lhe uma cláusula de reversão dos prédios em questão, no caso de incumprimento por parte da Empresa interessada.

DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – disse que o único reparo que a sua bancada tem a fazer a este ponto da ordem de trabalhos é o facto de a documentação lhes ter chegado tardiamente.

Procuramos saber as razões, que de certa forma compreendemos. Concordamos plenamente com o Ajuste Directo, porque o que queremos para o nosso Concelho, independentemente das posturas político partidárias, são investidores que tragam riqueza e criem emprego. O Partido Socialista vai votar favoravelmente esta Proposta.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA justificou a entrega dos documentos mais tarde, pelo facto do pedido da entidade ter chegado depois de ter saído a agenda da reunião ordinária da Câmara Municipal.

Para seguimento do processo com a urgência que era requerida, foi à Câmara Municipal ao abrigo do art.º. 83 da Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações e vem a esta Assembleia Municipal com base na mesma legislação.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

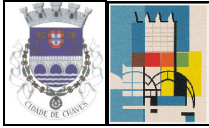
PONTO 6. - INDICAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE CHAVES NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DO ALTO TÂMEGA E BARROSO.

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA informou que foi criado o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, para o qual cada Assembleia Municipal deve eleger o seu representante.

Em seguida deu conhecimento da entrada de uma Proposta na Mesa pelo Grupo Municipal do PSD que foi lida pelo seu Presidente e se transcreve:

“Considerando que o Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, que circunscreve a população dos Concelhos de Boticas, Chaves Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, foi criado pela Portaria n.º 273/2009, de 18 de Março;

Considerando que a organização e funcionamento dos Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) e por isso também do Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, assenta em princípios de autonomia funcional, adequação e flexibilidade na prestação de cuidados de saúde primários, numa lógica crescente e efectiva aproximação entre as unidades funcionais prestadoras de cuidados e os municípios que deles carecem;



Considerando que os Agrupamentos de Centros de Saúde, em termos orgânicos e funcionais, contemplam a existência de um órgão que representa a comunidade, designado por Conselho da Comunidade, cujas competências constam do Artigo 32º, do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, designadamente:

- a) Dar parecer sobre os planos plurianuais e anuais do Agrupamento de Centros de Saúde e respectivos orçamentos, antes de serem aprovados;
- b) Acompanhar a execução dos planos de actividade, podendo para isso obter do director executivo do ACES as informações necessárias;
- c) Alertar o director executivo para factos reveladores de deficiências graves na prestação de cuidados de saúde;
- d) Dar parecer sobre o relatório anual de actividades e a conta de gerência, apresentados pelo director executivo;
- e) Assegurar a articulação do ACES, em matérias saúde, com os municípios da sua área geográfica;
- f) Propor acções de educação e promoção da saúde e de combate à doença a realizar pelo ACES em parceria com os municípios e demais instituições representadas no conselho da comunidade;
- g) Dinamizar associações e redes de utentes promotoras de equipas de voluntariado.

Traduzido estas competências uma nova filosofia de relacionamento institucional, centrada na parceria, interacção e co-responsabilidade entre as estruturas de saúde dos cuidados de saúde primários, as autarquias locais e demais entidades;

Considerando que a composição e forma de designação dos representantes do Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde, está definida no artigo 31º, do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, nos termos do qual e segundo a alínea a), cabe à Assembleia Municipal a designação do representante do respectivo município;

Considerando que no n.º 1, do artigo 34º, do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, o Conselho da Comunidade reúne ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo presidente, por sua iniciativa ou a pedido de dois terços dos seus membros;

Atendendo a que esta Assembleia Municipal está no fim do Mandato;

Atendendo que possivelmente não haverá mais nenhuma reunião deste órgão;

Atendendo a que em Dezembro, terá que ser escolhido novo representante do município de Chaves no conselho da comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Tâmega e Barroso;

O Grupo Municipal do PSD propõe a esta digníssima Assembleia que a **“INDICAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE CHAVES NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DO ALTO TÂMEGA E BARROSO”** não seja realizada hoje, mas sim na primeira assembleia do próximo mandato.

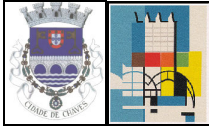
Chaves, 24 de Junho de 2009

O Presidente do Grupo Municipal. (Nelson Montalvão)

Usaram da palavra os seguintes deputados:

RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA do PS – disse que a CDU alerta para a bomba relógio que constitui o marcado envelhecimento dos quadros médicos dos nossos Centros de Saúde.

É importante, desde já que o representante que vamos eleger levante a questão, promova os estudos necessários e exija ao Ministério da Saúde um plano que



permita evitar que as Unidades Primárias de Saúde entrem em colapso num prazo de poucos anos.

Disse ainda que caso a sua bancada possa apresentar um candidato, indicará o Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha, um homem ligado à saúde que muito tem lutado pela saúde no nosso Concelho e que, possivelmente até poderá reunir o consenso dos quatro grupos parlamentares.

DEPUTADO FRANCISCO CHAVES DE MELO do PS – disse que, perante a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, fica com a ideia que esta será a última sessão da Assembleia Municipal de Chaves, deste mandato.

Se é efectivamente a última sessão do Órgão, quero dizer que gostei de estar com todos vós, mas, provavelmente vamos voltar a reencontrar pela cidade.

Relativamente à Proposta apresentada pelo PSD, os assuntos da saúde, no nosso Concelho, têm-me preocupado. Já propus uma política municipal de saúde e já fui representante dos utentes da cidade no Conselho Geral do Hospital de Chaves durante dois anos e também estive ligado a outras instituições na área da saúde.

Entendo que este processo da criação das unidades locais de saúde é importante, independentemente da pessoa que vier a ser eleita, se possa considerar com muita ou pouca legitimidade, por estar em fim de mandato. O pior será não constituir esse Órgão. É que pode vir a haver uma alteração legal que coloque estes Centros de Saúde na esfera de influência distrital. No Distrito de Bragança há apenas uma Unidade de Saúde que é gerida a partir da sede do Distrito para todos os Centros. No nosso Distrito foram criadas duas, mas isso não impede que posteriormente venha a ser criada uma outra com sede em Vila Real. Por essa razão, em meu entender, devemos eleger hoje um representante, para, no caso de vir a haver alguma alteração, esta Assembleia ter legitimidade para intervir.

Mesmo em fim de mandato ofereço-me para aceitar essa missão e zelar para que essa entidade tenha o seu centro em Chaves e faça a gestão de todo o Alto Tâmega e ainda para que não seja imputada a esta Assembleia Municipal a responsabilidade, pela não constituição atempada desse Órgão e pela não pronúncia do mesmo, em tempo útil.

Pelas razões que enunciei, vou votar contra a Proposta do PSD em pretender adiar este assunto.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que este é um ponto de eleição da Assembleia Municipal, mas com autorização da Mesa e em função da intervenção do Senhor deputado Francisco Melo, esclareceu o seguinte:

A nível do País a Associação Nacional de Municípios Portugueses solicitou um parecer sobre se deveria, ou não, ser realizada a Sessão ordinária de Setembro. Não chegou ainda a resposta pelo não sabemos o que irá acontecer.

É nossa intenção, caso o parecer seja no sentido de fazer a sessão, procuraremos que tenha lugar na primeira metade do mês de Setembro.

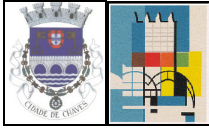
Os Agrupamentos dos Centros de Saúde foram criados através de Decreto-Lei. Para se operar alguma mudança teria de haver da parte do Governo uma alteração à legislação em vigor, o que não parece muito viável, dadas as circunstâncias.

Sem querer pronunciar-me e porque o Grupo Municipal do PSD deve ter as suas razões para o fazer, suponho que estes esclarecimentos se justificam.

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA esclareceu que se adiarmos esta votação não damos cumprimento ao ponto nº. 6 da Ordem de Trabalhos, no qual esta Assembleia se compromete a eleger um representante para o Conselho da Comunidade.

O Grupo Municipal do PSD apresentou uma Proposta para adiamento que foi lida e deverá ser votada.

DEPUTADO RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA da CDU – usou de novo da palavra para pedir o seguinte esclarecimento:



Disse não entender a razão deste ponto vir à Assembleia Municipal, se havia a intenção de não se fazer a eleição. No seu entender deveria ser feita a eleição do representante Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Tâmega e Barroso.

DEPUTADO RAQUEL BAZENGA V. T. GONÇALVES do PS – disse que a Proposta em análise deve ser votada, quer a aceitação da sua discussão, quer a votação do seu conteúdo.

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA propôs a votação de aceitação da entrada da Proposta, para discussão deste assunto tendo sido aceite, por maioria, com nove votos contra.

DEPUTADO FRANCISCO CHAVES DE MELO do PS – fez a seguinte Declaração de Voto:” Votei contra a entrada da Proposta por entender que constitui uma alteração à Ordem de Trabalhos. Nesse sentido entendo que não se cumprem com as regras legais para a alteração da referida ordem, e peço que seja verificado em termos de legalidade”.

DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL CARVALHO MOTA do PSD – disse entender que a Proposta em discussão não altera a Ordem de Trabalhos do Órgão.

Em qualquer Ponto é sempre aceitável que qualquer Grupo Municipal, ou mesmo qualquer membro da Assembleia possa apresentar uma Proposta que é ou não aceite. Se for aceite – que é o caso em discussão – vamos votá-la. Se for votada, rejeitada, inviabiliza a votação seguinte. Se for aceite vamos para a votação a seguir.

Em meu parecer existe alguma pertinência na apresentação desta Proposta. Estamos em fins de Junho, a seguir entramos em período de férias e depois vêm as campanhas eleitorais. Não sabemos se esta é ou não a última Assembleia, mas parece-me que dá muito maior legitimidade democrática – conforto – a quem for eleito, para um mandato de quatro anos, dentro de dois a três meses. Não me parece que por causa disto venhamos a perder a possibilidade de que o Alto Tâmega, ou Chaves possa, ter aqui, ou não, a sua Unidade, ou possamos ficar com receio de que poderá ir para Vila Real.

Não me parece que esta votação, a realizar-se no espaço de dois/três meses, traga algum mal maior, não para o Concelho, mas para os cuidados de saúde dos municípios do Concelho e desta região. Em nome da minha bancada e com o bom senso desta Assembleia, sem colocar em causa qualquer dos nomes que aqui foi falado, podemos voltar a falar neles daqui a dois/três meses, aprovando a Proposta que agora está à votação.

Posta à votação a Proposta apresentada no foi aprovada com 74 votos a favor, 8 abstenções e 1 votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

Esgotados os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar o Senhor **Presidente da Mesa** deu como encerrados os trabalhos da sessão de que, para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves, que a redigi.

O 1º. Secretário, na ausência do Senhor Presidente _____

O 2º. Secretário _____